

REGULAMENTO**CAPÍTULO I
DO FUNDO**

Art. 1º. O BRB FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO LONGO PRAZO 5 MIL, doravante designado FUNDO, constituído por contrato particular, sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, será regido pelo presente regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º. O FUNDO tem como objetivo propiciar aos seus cotistas, a obtenção de rendimentos em ativos de renda fixa, pós ou prefixados, ativos de taxa de câmbio, ativos com indexação a índice de preços e ativos de renda variável, disponíveis no mercado financeiro e de capitais, visando superar o índice de CDI – Certificados de Depósito Interbancário.

§ 1º. O FUNDO pretende atingir seu objetivo investindo em diversas classes de ativos, mantendo o prazo médio da carteira superior a 365 dias, com atuação ativa no mercado de taxa de juros pós ou prefixados, incluindo estratégias que impliquem em risco de índice de preço, de moeda estrangeira e de renda variável.

§ 2º. O FUNDO tem como público-alvo os clientes do BRB - Banco de Brasília S.A. pessoas físicas e jurídicas em geral que buscam retorno, no longo prazo.

§ 3º. O FUNDO deverá observar as disposições da regulamentação aplicável aos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, qual seja, a Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.922 (“Resolução CMN n.º 3.922/10”) e a Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.792/2009 (“Resolução CMN n.º 3.792/09”), que trata de Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, no que aplicável ao FUNDO, de modo a permitir que estas entidades invistam no FUNDO.

§ 4º. Caso algum cotista do FUNDO esteja sujeito à regulamentação específica que lhe imponha limites de diversificação e concentração de ativos e/ou de investimentos, a verificação, o controle e o gerenciamento desses limites compete exclusivamente ao próprio cotista, não cabendo à ADMINISTRADORA, à GESTORA e/ou ao FUNDO a verificação destes limites.

**CAPÍTULO II
DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 3º. O FUNDO tem como ADMINISTRADORA, GESTORA e CUSTODIANTE a BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., (“BRB DTVM”), estabelecida em 1968 e incorporada em 1986 ao conglomerado BRB - Banco de Brasília S.A, Banco controlado pelo Governo do Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.850.686/0001-69, Inscrição Estadual n.º 07.402.040/001-69, com sede na cidade de Brasília/DF, no SBS Q.01 Bl. E, Ed. Brasília, 7º andar, devidamente registrada e autorizada a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 1399, de 04 de junho de 1990, representada por seu Diretor de Administração de Recursos de Terceiros, doravante designada ADMINISTRADORA, sendo que atua principalmente nas seguintes áreas de negócio: administração e gestão de recursos, distribuição de valores, custódia de ativos financeiros, consultoria em operações estruturadas assessoria comercial e financeira nas áreas de fundos de investimento, e *private equity*.

§ 1º. A ADMINISTRADORA declara que é instituição financeira participante aderente ao *Foreign Account Tax Compliance Act* (“FATCA”), com *Global Intermediary Identification Number* (“GIIN”) VI24FN.0000.SP.076.

§ 2º. Buscando se adaptar às melhores práticas do mercado de modo a atender da melhor forma os objetivos dos cotistas, e de acordo com a regulamentação vigente, a BRB DTVM possui equipe técnica qualificada em áreas de investimentos, macroeconomia, marcação a mercado, liquidação e custódia e *back-office*.

§ 3º. A BRB DTVM dispõe de equipe de Compliance, que executa as tarefas de monitoramento e aderência à Política de Investimento dos regulamentos.

§ 4º. A BRB DTVM é a responsável pela custódia dos ativos financeiros constantes da carteira do FUNDO, com a obrigação de cumprir, desta forma, as ordens emitidas pelos mandatários ou representantes legais da ADMINISTRADORA, devidamente autorizados, sendo vedado à CUSTODIANTE executar ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do FUNDO.

§ 5º. As atividades de escrituração da emissão e resgate de cotas, tesouraria e de controle e processamento dos títulos e valores mobiliários são realizadas pela ADMINISTRADORA.

Art. 4º. A atividade de distribuição de cotas é realizada pelo BRB - Banco de Brasília S.A., inscrito no CNPJ/MF 00.000.208/0001-00, com sede na cidade de Brasília/DF, no SBS Q. 01 Bl. E, Ed. Brasília, 3º andar (“DISTRIBUIDOR”).

Parágrafo Único. O DISTRIBUIDOR declara que é instituição financeira participante aderente ao *Foreign Account Tax Compliance Act* (“FATCA”), com *Global Intermediary Identification Number* (“GIIN”) 0IPTY6.99999.SL.076.

Art. 5º. A ADMINISTRADORA tem poderes para praticar todos os atos e serviços relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento, manutenção e gestão do FUNDO, observadas as limitações legais e regulamentares.

Art. 6º. A ADMINISTRADORA contratará serviço de Auditoria Independente, devidamente registrada na CVM.

Art. 7º. Compete à ADMINISTRADORA, na qualidade de representante do FUNDO, efetuar as contratações dos prestadores de serviços, mediante prévia e criteriosa análise e seleção do contratado, devendo, ainda, figurar no contrato como interveniente anuente.

Art. 8º. São obrigações da ADMINISTRADORA:

I. diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem:

- a) o registro de cotistas;
- b) o livro de atas das assembleias gerais;
- c) o livro ou lista de presença de cotistas;
- d) os pareceres do auditor independente;
- e) os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do FUNDO; e
- f) a documentação relativa às operações do FUNDO

II. solicitar, se for o caso, a admissão à negociação das cotas de fundo fechado em mercado organizado;

III. pagar a multa cominatória, nos termos da legislação vigente, para cada dia de atraso no cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM 555/14;

IV. elaborar e divulgar as informações previstas no Capítulo VI da ICVM 555.

V. manter atualizada junto à CVM a lista de prestadores de serviços contratados pelo FUNDO, bem como as demais informações cadastrais;

VI. custear as despesas com elaboração e distribuição do material de divulgação do fundo, inclusive da lâmina, se houver;

VII. manter serviço de atendimento ao cotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações;

VIII. observar as disposições constantes deste regulamento;

IX. cumprir as deliberações da assembleia geral; e

X. fiscalizar os serviços prestados por terceiros contratados pelo FUNDO.

Art. 9º. A ADMINISTRADORA está obrigada a adotar as seguintes normas de conduta:

I. exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições para o fundo, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, atuando com lealdade em relação aos interesses dos cotistas e do fundo, evitando práticas que possam ferir a relação fiduciária com eles mantida, e respondendo por quaisquer infrações ou irregularidades que venham a ser cometidas sob sua administração ou gestão;;

II. exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades do fundo, ressalvado o que dispuser o formulário de informações complementares sobre a política relativa ao exercício de direito de voto do fundo; e;

III. empregar, na defesa dos direitos do cotista, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários para assegurá-los, e adotando as medidas judiciais cabíveis;

§ 1º. Sem prejuízo da remuneração que é devida ao administrador e ao gestor na qualidade de prestadores de serviços do fundo, o administrador e o gestor devem transferir ao fundo qualquer benefício ou vantagem que possam alcançar em decorrência de sua condição.

§ 2º. É vedado ao administrador, ao gestor e ao consultor o recebimento de qualquer remuneração, benefício ou vantagem, direta ou indiretamente por meio de partes relacionadas, que potencialmente prejudique a independência na tomada de decisão de investimento pelo fundo.

Art. 10. É vedado à ADMINISTRADORA praticar os seguintes atos em nome do FUNDO:

I. receber depósito em conta corrente;

II. contrair ou efetuar empréstimos, salvo em modalidade autorizada pela CVM;

III. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;

IV. vender cotas à prestação;

V. prometer rendimento predeterminado aos cotistas;

VI. realizar operações com ações fora de bolsa de valores ou de mercado de balcão organizado por entidade autorizada pela CVM, ressalvadas as hipóteses de distribuições públicas, de exercício de direito de preferência e de conversão de debêntures em ações, exercício de bônus de subscrição e nos casos em que a CVM tenha concedido prévia e expressa autorização;

VII. utilizar recursos do FUNDO para pagamento de seguro contra perdas financeiras de cotistas; e

VIII. praticar qualquer ato de liberalidade.

Parágrafo Único. O FUNDO poderá utilizar seus ativos para prestação de garantias de operações próprias, bem como emprestar e tomar títulos e valores mobiliários em empréstimo, desde que tais operações de empréstimo sejam cursadas exclusivamente por meio de serviço autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM.

Art. 11. A ADMINISTRADORA poderá ser substituída nas hipóteses de:

I. descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteira, por decisão da CVM;

II. renúncia; ou

III. destituição, por deliberação da assembleia geral.

Art. 12. Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento, ficará a ADMINISTRADORA obrigada a convocar imediatamente assembleia geral para eleger seu substituto, a ser realizada no prazo de até 15 (quinze) dias, sendo também facultado aos cotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das cotas emitidas, em qualquer caso, ou à CVM, nos casos de descredenciamento, a convocação da assembleia geral.

§ 1º. No caso de renúncia, a ADMINISTRADORA deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de liquidação do FUNDO pela ADMINISTRADORA.

§ 2º. No caso de descredenciamento, a CVM deverá nomear ADMINISTRADOR temporário até a eleição de nova administração.

CAPÍTULO III DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

Art. 13. Taxa de Administração do FUNDO é de 1,00% (um por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO, para remunerar os serviços de administração, gestão, consultoria de investimentos, tesouraria, controle e processamento dos ativos financeiros, distribuição de cotas e escrituração de emissão e resgate de cotas.

§ 1º. A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente sobre o valor diário do patrimônio líquido do FUNDO, na base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, e será paga mensalmente à ADMINISTRADORA até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente.

§ 2º. A ADMINISTRADORA poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo FUNDO aos prestadores de serviços contratados, nas formas e prazos entre eles ajustados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

§ 3º. A Taxa de Administração compreende a taxa de administração dos fundos de investimento em que o fundo investe.

Art. 14. Adicionalmente à remuneração prevista no artigo anterior, o FUNDO, com base em seu resultado, remunera a GESTORA mediante o pagamento de Prêmio de Desempenho (taxa de performance), correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) da valorização de cotas do FUNDO que, em cada semestre civil, excederem um percentual correspondente a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

§ 1º. A taxa de performance é apurada e provisionada por dia útil, até o último dia útil de cada semestre civil e paga à GESTORA no 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao encerramento do semestre civil, já deduzidas todas as demais despesas do FUNDO, inclusive a taxa de administração prevista neste Regulamento.

§ 2º. Não há incidência de taxa de performance quando o valor da cota do FUNDO for inferior ao seu valor por ocasião do último pagamento efetuado.

§ 3º. Os resgates e liquidação do FUNDO serão acompanhados da respectiva memória de cálculo e de nota explicativa às demonstrações contábeis.

§ 4º. Nas hipóteses previstas na legislação, de substituição da ADMINISTRADORA, essa fará jus ao recebimento do Prêmio de Desempenho, a ser pago *pro rata temporis*, no momento de sua substituição, observado o período de exercício efetivo de suas funções e o prazo de duração do FUNDO inicialmente previsto.

§ 5º. A ADMINISTRADORA não fará jus ao recebimento do Prêmio de Desempenho no caso de ser substituída por má administração, dolosa ou culposa, ou má-fé de sua parte.

Art. 15. A taxa máxima de custódia será de 0,08% (zero vírgula oito por cento) ao ano, sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO, não incluída na Taxa de Administração.

Art. 16. Não há cobrança de taxas de ingresso ou de saída do FUNDO.

CAPÍTULO IV
DA EMISSÃO E RESGATE DE COTAS

Art. 17. As cotas do FUNDO, expressas em moeda corrente nacional, correspondem a frações ideais de seu patrimônio, e serão escriturais e nominativas.

§ 1º. O valor da cota, calculado diariamente com base em avaliação patrimonial que considere o valor de mercado dos ativos financeiros integrantes da Carteira, é resultante da divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de cotas do FUNDO, ambos apurados no encerramento do dia, assim entendido o horário de fechamento dos mercados em que o FUNDO atue, considerando-se apenas os dias úteis.

§ 2º. As cotas do FUNDO conferirão iguais direitos e obrigações aos cotistas.

§ 3º. A cota do FUNDO não pode ser objeto de cessão ou transferência, salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal.

Art. 18. A qualidade de cotista caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de cotistas do FUNDO

Parágrafo Único. O registro do cotista no FUNDO será efetuado pela ADMINISTRADORA e terá os mesmos dados cadastrais do(s) titular(es) da(s) conta(s) corrente(s) mantida(s) no BRB - Banco de Brasília S.A. Todas as informações relativas ao FUNDO, nos termos da regulamentação em vigor, serão enviadas ao titular das cotas no registro de cotistas do FUNDO, o(s) qual(is) terá(ão) poderes exclusivos de comparecer e votar nas Assembleias do FUNDO, salvo orientação expressa em contrário de sua parte

Art. 19. A aplicação no FUNDO será efetuada por débito em conta corrente do investidor mantida no BRB - Banco de Brasília S.A.

§ 1º. Quando o cotista for titular de conta na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), a aplicação e o resgate no FUNDO poderão ser realizados mediante ordem de crédito/débito via CETIP, desde que com prévia concordância da ADMINISTRADORA.

§ 2º. O horário e as regras de movimentação estabelecidas pela Administradora estão descritos no Formulário de Informações Complementares do FUNDO.

Art. 20. Todo cotista ao ingressar no FUNDO deverá atestar, mediante assinatura de termo de adesão ou mediante manifestação por meio de sistema eletrônico, que:

I. teve acesso ao inteiro teor:

- a) do regulamento;
- b) da lâmina, se houver; e
- c) do formulário de informações complementares;

II. tem ciência:

- a) dos fatores de risco relativos ao fundo;
- b) de que não há qualquer garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo fundo;
- c) de que a concessão de registro para a venda de cotas do fundo não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou de adequação do regulamento do fundo à legislação vigente ou julgamento sobre a qualidade do fundo ou de seu administrador, gestor e demais prestadores de serviços; e
- d) de que as estratégias de investimento do fundo podem resultar em perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo.

Art. 21. Deverão ser observadas as seguintes regras de movimentação:

APLICAÇÕES E RESGATES	
Aplicação inicial	R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Demais movimentações	R\$ 200,00 (duzentos reais)
Saldo mínimo de permanência	R\$ 200,00 (duzentos reais)
Cota de Aplicação	D+0
Valor máximo para aplicação no Fundo	Não há
Cota de Resgate	D+0
Liquidação Financeira	D+3
Carência	Não há

Art. 22. A integralização do valor das cotas do FUNDO deve ser realizada em moeda corrente nacional, sendo adotada a sistemática de números fracionários de cotas.

Art. 23. O FUNDO não recebe aplicações e não realiza resgates em feriados de âmbito nacional. Nos feriados estaduais na praça em que está sediada a ADMINISTRADORA o FUNDO opera normalmente, apurando o valor das cotas, recebendo aplicações, aceitando pedidos de resgates e pagando resgates.

Art. 24. No caso de fechamento dos mercados e/ou em casos excepcionais de iliquidez dos ativos financeiros componentes da carteira do FUNDO, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do FUNDO ou do conjunto dos cotistas, em prejuízo destes últimos, a ADMINISTRADORA poderá declarar o fechamento do fundo para a realização de resgates.

§ 1º. Caso a ADMINISTRADORA declare o fechamento do fundo para a realização de resgates nos termos do caput, deve proceder à imediata divulgação de fato relevante, tanto por ocasião do fechamento, quanto da reabertura do fundo.

§ 2º. Caso o FUNDO permaneça fechado por período superior a 5 (cinco) dias consecutivos, a ADMINISTRADORA deve obrigatoriamente, além da divulgação de fato relevante por ocasião do fechamento a que se refere o § 1º acima, convocar no prazo máximo de 1 (um) dia, para realização em até 15 (quinze) dias, Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre as seguintes possibilidades:

- I. substituição do administrador, do gestor ou de ambos;
- II. reabertura ou manutenção do fechamento do fundo para resgate;
- III. possibilidade do pagamento de resgate em ativos financeiros;
- IV. cisão do FUNDO; e
- V. liquidação do FUNDO.

§ 3º. A ADMINISTRADORA é responsável pela não utilização dos poderes conferidos no caput deste artigo, caso sua omissão cause prejuízo aos cotistas remanescentes.

§ 4º. O FUNDO deve permanecer fechado para aplicações enquanto perdurar o período de suspensão de resgates.

§ 5º. O fechamento do FUNDO para resgate deve, em qualquer caso, ser imediatamente comunicado à CVM.

§ 6º. A ADMINISTRADORA pode solicitar à CVM autorização específica para proceder à cisão do FUNDO antes da reabertura para resgates, ficando neste caso vedadas novas aplicações resultantes da cisão, e devendo, de qualquer modo, realizar-se a assembleia de que trata o § 2º.

§ 7º. A ADMINISTRADORA deverá tomar as providências necessárias para que as hipóteses descritas no caput não venham a ocorrer em decorrência da liquidação física de ativos do FUNDO.

Art. 25. Salvo na hipótese de que trata o Art. 24, será devida ao cotista uma multa de 0,5% (meio por cento) do valor de resgate, a ser paga pela ADMINISTRADORA, por dia de atraso no pagamento do resgate de cotas.

Art. 26. É facultado à ADMINISTRADORA suspender, a qualquer momento, novas aplicações no FUNDO, desde que tal suspensão se aplique indistintamente a novos investidores e cotistas atuais.

Parágrafo Único. A suspensão do recebimento de novas aplicações em um dia não impede a reabertura posterior do FUNDO para aplicações.

CAPÍTULO V DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Art. 27. Para alcançar seu objetivo, o FUNDO deverá compor uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, utilizando-se de estratégia de gestão ativa, buscando superar o CDI.

§ 1º. Nos termos do Art. 117 da ICVM nº 555/14, a Política de Investimento do FUNDO envolve vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial ou em fatores diferentes das demais classes previstas no Art. 108 da ICVM nº 555/14.

§ 2º. O processo de seleção de ativos financeiros baseia-se na análise de cenários econômico-financeiros nacionais e internacionais. As decisões de alocação são tomadas em comitês, que avaliam as tendências do mercado e as condições macroeconômicas e microeconômicas, respeitando-se os níveis e limites de risco definidos neste Regulamento.

Art. 28. A carteira do FUNDO, conforme as oportunidades proporcionadas pelo mercado financeiro, será composta de:

1. LIMITES POR EMISSOR	Mínimo	Máximo
1.1. União Federal	50%	100%
1.2. Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil	0%	20%
1.3. Companhias abertas, exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na CVM	0%	10%
1.4. Fundo de Investimento com base na instrução CVM 555	0%	10%

2. LIMITES POR ATIVOS FINANCEIROS	% do Patrimônio do Fundo		
	Mínimo	Máximo	Limites máximos por modalidade
2.1. Títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nesses títulos, de acordo com regulamentação do Conselho Monetário Nacional – CMN, onde o FUNDO poderá assumir compromisso de recompra ou de revenda;	50%	100%	100%
2.2. Ações, bônus ou recibos de subscrição e certificados de depósito de ações admitidas à negociação em mercado organizado;	0%	50%	50%
2.3. Cotas de fundos de índice (ETF's) admitidos à negociação em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado;	0%	50%	
2.4. Operações de empréstimos de ativos financeiros, incluindo ações, nas quais o FUNDO figure como doador, conforme regulamentado pela CVM;	0%	50%	
2.5. Ativos financeiros relacionados diretamente ou sintetizados via derivativos, à variação de preços do dólar e do cupom cambial;	0%	20%	
2.6. Ouro, desde que adquirido ou alienado em negociações realizadas em mercado organizado;	0%	50%	
2.7. Títulos de emissão ou coobrigação de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;	0%	50%	
2.8. Títulos de emissão de companhias abertas, exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na CVM;	0%	50%	20%
2.9. Cotas de fundos de investimento e Cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento destinados a investidores em geral registrados com base na Instrução CVM nº 555/14;	0%	20%	

3. OPERAÇÕES COM A ADMINISTRADORA, GESTORA E LIGADAS	Mínimo	Máximo
3.1. Cotas de Fundos de Investimento com base na instrução CVM 555 administrados e/ou geridos pela ADMINISTRADORA ou GESTORA e empresas ligadas	0%	20%
3.2. Contraparte com a tesouraria da ADMINISTRADORA ou GESTORA e/ou empresas ligadas.	0%	20%

4. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS	(% Patrimônio do Fundo)	
	Mínimo	Máximo
4.1. Realiza operação com derivativos?	SIM	
4.2. Utilizam derivativos somente para proteção?	NÃO	
4.2.1 Posicionamento e/ou Proteção	0%	100%
4.2.2 Alavancagem	Vedado	
4.3. Depósito de margem	0%	15% ⁽¹⁾
4.4. Valor total dos prêmios de opções pagos	0%	5% ⁽¹⁾
⁽¹⁾ em relação à somatória da posição em títulos públicos federais e ativos financeiros de emissão de instituições financeiras autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e ações pertencentes ao Índice Bovespa integrantes da carteira do FUNDO.		

5. VEDAÇÕES
5.1. Operações <i>day trade</i> ;
5.2. Operações a descoberto;
5.3. Adquirir cotas de fundos de investimento que invistam no FUNDO;
5.4. Adquirir ações de emissão do administrador;
5.5. Realizar aplicação em títulos de emissão de pessoa natural e/ou pessoas jurídicas de direito privado, exceto Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central e Companhias Abertas;
5.6. Adquirir cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (FIDC-NP) e cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (FIC-FIDC-NP);
5.7. Adquirir cotas de Fundos de Investimento em Participações – FIP;
5.8. Adquirir cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC;
5.9. Adquirir cotas de Fundos de investimento Imobiliários - FII;
5.10. Aplicar em Fundos de Investimento e Fundos de Investimento em Cotas destinados a Investidores Qualificados

e Profissionais;
5.11. Aplicar em títulos e valores mobiliários em que ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma (Inciso II do Art. 23 da Resolução CMN n.º 3.922/10);
5.12. Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer forma (Inciso IV do Art. 53 da Resolução CMN n.º 3.792/09);
5.13. Aplicar em ativos ou modalidades não previstas na Resolução CMN n.º 3.792/09 (Inciso V do Art. 53 da Resolução CMN n.º 3.792/09)
5.14. Aplicar em títulos ou valores mobiliários de companhias sem registro na CVM, ressalvados os casos expressamente previstos na Resolução CMN n.º 3.792/09 e na Resolução CMN n.º 3.922/10, conforme alteradas (Inciso VI do Art. 53 da Resolução CMN n.º 3.792/09);
5.15. Realizar operações com ações fora de bolsa de valores ou mercado de balcão organizado por entidade autorizada a funcionar pela CVM, exceto nas hipóteses do Inciso VII do Art. 53 da Resolução CMN n.º 3.792/09;
5.16. Locar, emprestar, tomar emprestado ou caucionar títulos e valores mobiliários, exceto nas hipóteses previstas na regulamentação vigente (Inciso XII do Art. 53 da Resolução CMN n.º 3.792/09);
5.17. Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento que atuem no mercado de derivativos com possibilidade de alavancagem ou que não observem as restrições previstas na Resolução do CMN n.º 3.792/09 e a Resolução do CMN n.º 3.922/10, conforme alteradas;
5.18. Aplicar em títulos de emissão ou com coobrigação de Estados ou Municípios (Inciso III do Art. 23 da Resolução CMN n.º 3.922/10);
5.19. Atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não sejam admitidos pela regulamentação aplicável às entidades fechadas de previdência complementar e aos regimes próprios de previdência social (Inciso V do Art. 23 da Resolução CMN n.º 3.922/10);
5.20. Negociar cotas de fundos de índice em mercado de balcão (Inciso VI do Art. 23 da Resolução CMN n.º 3.922/10);
5.21. Aplicar em ativos financeiros negociados no exterior, bem como em cotas de fundos de investimentos ou fundos de investimentos em cotas que permitam operações com ativos no exterior;
5.22. Aplicar os recursos em carteiras administradas por pessoas físicas, bem como em fundos de investimentos ou fundos de investimentos em cotas cujas carteiras sejam administradas por pessoas físicas;
5.23. Aplicar os recursos do FUNDO em fundos de investimentos ou fundos de investimentos em cotas que não possuam procedimentos de avaliação e de mensuração de risco da carteira de investimentos;
5.24. Aplicar em títulos e valores mobiliários que não possuem liquidação exclusivamente financeira (parágrafo único do Art. 26 da Resolução CMN n.º 3.792/09);
5.25. Aplicar em títulos e valores mobiliários considerados de médio ou alto risco de crédito com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco (rating) em funcionamento no país;
5.26. Aplicar em <i>Brazilian Depositary Receipts</i> ;
5.27. Adquirir Moedas de Privatização, Títulos da Dívida Agrária e Títulos de emissão de Estados e Municípios, objetos de emissão ou refinanciamento pelo Tesouro Nacional;

6. Política de seleção de ativos de crédito privado de baixo risco
6.1. Uma nota de rating no mínimo A+ (ou equivalente) por agência de classificação de risco internacional, como Standard & Poor's, Moodys e Fitch Rating; e
6.2. Prazo máximo para início de pagamento de juros e amortização de 18 meses para títulos não emitidos por instituições financeiras; e
6.3. Prazo máximo de vencimento de 60 meses para títulos não emitidos por instituições financeiras.

§ 1º. O Fundo não investe em quaisquer outras modalidades de ativos além das listadas no caput.

§ 2º. A ADMINISTRADORA, bem como os fundos de investimento e carteiras por ela administrados ou pessoas a ela ligadas, poderão atuar como contraparte em operações realizadas pelo FUNDO.

§ 3º. Nas operações sem garantia de liquidação por câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, as posições detidas pelo FUNDO em operações com uma mesma contraparte serão consolidadas, observando-se, nesse caso, as posições líquidas de exposição, caso a compensação bilateral não tenha sido contratualmente afastada.

§ 4º. Não constituirá desenquadramento os valores tidos na carteira como disponibilidades de caixa do FUNDO.

§ 5º. Os resultados obtidos pela variação diária dos ativos financeiros componentes da carteira, dos dividendos e de outros proventos recebidos serão incorporados ao patrimônio do FUNDO.

§ 6º. Os ativos integrantes da carteira do FUNDO, caso necessário, deverão conter, expressamente, a obrigação, pelo emissor, de manter os relatórios de rating por agência classificadora de risco nacional e internacional atualizados, durante a vigência da operação com o FUNDO.

§ 7º. Na hipótese de rebaixamento da nota de rating, os recursos investidos no ativo deverão ser resgatados, com o objetivo de reenquadrar a operação ao nível de risco exigido até que sua nota de rating seja regularizada para os padrões exigidos pelo regulamento. Não sendo possível o reenquadramento, será realizado esforço de venda dos ativos.

Art. 29. Os percentuais referidos no Art. 28 deverão ser cumpridos diariamente, com base no patrimônio líquido do FUNDO do dia imediatamente anterior.

Art. 30. Somente poderão compor a carteira do FUNDO, ativos financeiros admitidos à negociação em bolsa de valores, de mercadorias e futuros, ou registrados em sistema de registro, de custódia ou de liquidação financeira devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nas suas respectivas áreas de competência.

Parágrafo Único. Os registros deverão ser realizados em conta de depósito específicas abertas diretamente em nome do FUNDO.

Art. 31. A ADMINISTRADORA e a GESTORA obrigam-se a acompanhar os limites estabelecidos no Art. 28, de forma que na consolidação das aplicações do FUNDO com os fundos investidos, os limites não sejam extrapolados.

Parágrafo Único. Fica dispensada a consolidação das aplicações dos fundos investidos quando se tratar de fundos geridos por terceiros não ligados ao administrador ou ao gestor do fundo investidor; e quando se tratar de fundos de índice negociados em mercados organizados.

Art. 32. Para efeito de cálculo dos limites por emissor:

I. considerar-se-á emissor a pessoa física ou jurídica, o FUNDO de investimento e o patrimônio separado na forma da lei, obrigados ou coobrigados pela liquidação do ativo financeiro;

II. considerar-se-ão como de um mesmo emissor os ativos financeiros de responsabilidade de emissores integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido o composto pelo emissor e por seus controladores, controlados, coligados ou com ele submetidos a controle comum;

III. considerar-se-á controlador o titular de direitos que assegurem a preponderância nas deliberações e o poder de eleger a maioria dos administradores, direta ou indiretamente;

IV. considerar-se-ão coligadas duas pessoas jurídicas quando uma for titular de 10% (dez por cento) ou mais do capital social ou do patrimônio da outra, sem ser sua controladora;

V. considerar-se-ão submetidas a controle comum duas pessoas jurídicas que tenham o mesmo controlador, direto ou indireto, salvo quando se tratar de companhias abertas com ações negociadas em bolsa de valores em segmento de listagem que exija no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de ações em circulação no mercado.

Art. 33. Além dos riscos mencionados no formulário de informações complementares, o FUNDO também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como variação de preços dos ativos, inadimplimento de pagamentos (*default*), fechamento parcial ou total dos mercados, inexistência de liquidez nos mercados em que os ativos da carteira do FUNDO são negociados, mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da Carteira do FUNDO, alteração na política econômica, aplicações ou resgates significativos, que poderão acarretar redução no valor das cotas com consequente risco de perda de capital investido.

§ 1º. Não obstante a diligência da ADMINISTRADORA e da GESTORA de colocar em prática a política de investimento delineada neste capítulo e em gerenciar os riscos, os investimentos do condomínio, por sua própria natureza, estarão sujeitos a flutuações que poderão acarretar desvalorização da cota e perda total ou parcial do capital investido.

§ 2º. Os cotistas assumem todos os riscos decorrentes da política de investimento adotada pelo FUNDO, cientes dos riscos inerentes ao FUNDO e suas aplicações, da possibilidade de realização de operações que coloquem em risco o patrimônio do FUNDO e de serem chamados a aportar recursos, caso o patrimônio líquido do FUNDO venha se tornar negativo.

Art. 34. A ADMINISTRADORA e a GESTORA não estarão sujeitas às penalidades aplicáveis pelo descumprimento dos limites de concentração e diversificação de carteira, e concentração de risco, definidos no presente regulamento e na legislação vigente, quando o descumprimento for causado por desenquadramento passivo, decorrente de fatos exógenos e alheios à sua vontade, que causem alterações imprevisíveis e significativas no patrimônio líquido do FUNDO ou nas condições gerais do mercado de capitais, desde que tal desenquadramento não ultrapasse o prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos e não implique alteração do tratamento tributário conferido ao FUNDO ou aos seus cotistas.

§ 1º. A ADMINISTRADORA e a GESTORA não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados por qualquer depreciação dos ativos da Carteira ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do FUNDO ou resgate de cotas com valor reduzido, sendo responsáveis tão somente por perdas ou prejuízos resultantes de comprovado erro ou má-fé, por inobservância dos limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro, de composição e concentração da carteira e de concentração em fator de risco, estabelecidos neste regulamento.

§ 2º. A ADMINISTRADORA e a GESTORA deverão acompanhar diariamente o enquadramento aos limites estabelecidos neste capítulo, e os fatores de risco da carteira do FUNDO, de forma a manter a classe adotada neste regulamento e a política de investimento do FUNDO.

CAPÍTULO VI DOS RISCOS

Art. 35. Os ativos que compõem a carteira do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações de preços/cotações de mercado, aos riscos de crédito e liquidez. As variações de preços e cotações podem acarretar perda patrimonial ao

Fundo, não sendo a ADMINISTRADORA responsável por qualquer depreciação dos bens em Carteira, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de cotas.

Art. 36. A GESTORA utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento para reproduzir posição e melhorar rentabilidade, sendo que tais estratégias serão adotadas com o respaldo de um sistema de administração e controle de risco mantido pela ADMINISTRADORA.

Art. 37. As aplicações realizadas no FUNDO não contam com a garantia da instituição ADMINISTRADORA, de qualquer mecanismo de seguro, ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Parágrafo Único. Eventuais prejuízos decorrentes dos investimentos realizados pelo FUNDO serão rateados pelos cotistas, na proporção de suas cotas.

Art. 38. O FUNDO está sujeito a fatores de riscos que variarão conforme sua política de investimento e o nível de concentração e de exposição que poderá assumir em cada mercado.

Art. 39. O mercado da bolsa de valores é considerado um mercado de risco devido às grandes oscilações a que está sujeito.

Art. 40. Os principais riscos a que o FUNDO está sujeito, pelas características dos mercados em que investe, são:

I. Risco de Mercado: Os riscos de mercado a que se sujeitam as operações realizadas pelo FUNDO caracterizam-se primordialmente, mas não se limitam: (a) pela possibilidade de flutuações nos preços dos ativos que integram ou que vierem a integrar a carteira do FUNDO, o que reflete diretamente no valor das cotas do FUNDO, sendo que os recursos aplicados pelos cotistas podem valorizar-se ou sofrer depreciação de preços e cotações de mercado no período entre o investimento realizado e o resgate de cotas; (b) pela iminência ou ocorrência de alterações, isoladas ou simultâneas, de condições econômicas, políticas, financeiras, legais, fiscais e regulatórias que podem causar oscilações significativas no mercado, bem como afetar adversamente o preço dos ativos de emissão de determinadas companhias ou de determinados setores econômicos ou de certa região geográfica; (c) pelas oscilações das taxas de juros e alterações na avaliação de crédito, pelos agentes de mercado, dos emissores ou garantidores que podem afetar adversamente o preço dos respectivos ativos da carteira.

II. Risco de investimento em renda variável: O mercado de bolsa de valores é considerado um mercado de alto risco devido às grandes variações de rendimentos a que está sujeito. Adicionalmente, os investimentos em ações estão sujeitos a riscos de perda de parte do capital investido em razão de degeneração da situação econômico-financeira da empresa emissora das ações.

III. Risco de Derivativos: consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do FUNDO, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos cotistas. Existe a possibilidade de verificação de patrimônio líquido negativo para o Fundo.

IV. Risco de Crédito: consiste no risco de inadimplimento ou atraso no pagamento de juros ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do FUNDO, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas.

V. Risco de Liquidez: consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do fundo nos respectivos mercados em que são negociados, venda expressiva e inesperada, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou ao próprio mercado. Em virtude de tais riscos, o administrador do fundo poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar a ADMINISTRADORA a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates aos cotistas do FUNDO, nos valores solicitados e nos prazos contratados.

VI. Risco de variação cambial ou de moeda - Este tipo de risco está associado à oscilação da taxa de câmbio. Estas oscilações podem valorizar ou desvalorizar as cotas dos Fundos, dependendo da estratégia assumida.

VII. Risco Sistêmico: consiste no risco gerado por condições adversas, tanto de escopo nacional quanto internacional, que podem afetar os níveis de preços e liquidez dos ativos e derivativos de forma generalizada, incluindo os ativos de renda variável. A eventual interferência de Órgãos Reguladores nos mercados também pode aumentar a propagação do risco sistêmico. O risco sistêmico não é reduzido pela política de diversificação adotada pelo GESTOR da carteira.

VIII. Risco não sistêmico ou específico: Os investimentos em ações estão sujeitos a riscos de perda de parte do capital investido, em razão da degeneração da situação econômico-financeira da empresa emissora das ações.

IX. Risco Legal: A eventual interferência de órgãos reguladores no mercado como a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil podem impactar os preços dos ativos. Ressalta-se que mudanças nas regulamentações ou legislações aplicáveis a fundos de investimentos, inclusive tributárias, podem impactar nos preços dos ativos ou nos resultados das posições assumidas pelo FUNDO, e, portanto, nos valores patrimoniais, de cotas e nas modalidades operacionais integrantes da carteira do FUNDO.

X. Risco Decorrente da Precificação dos Ativos (marcação a mercado): Os ativos integrantes da carteira do FUNDO são avaliados diariamente a preços de mercado, de acordo com as normas em vigor e práticas adotadas pela

ADMINISTRADORA. Os preços dos ativos são formados diariamente, conforme as expectativas do mercado financeiro e de capitais e em função das condições políticas e econômicas nacionais e internacionais. Tais critérios de avaliação dos ativos poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira, resultando em variações patrimoniais e no valor de cotas do FUNDO.

XI. Risco de concentração: a eventual concentração de investimentos em determinado(s) emissor(es), em cotas de um mesmo FUNDO de investimento, e em cotas de fundos de investimento administrados e/ou geridos por uma mesma pessoa jurídica pode aumentar a exposição da carteira aos riscos mencionados acima e consequentemente, aumentar a volatilidade do FUNDO.

Art. 41. O cotista assume todos os riscos decorrentes da política de investimento adotada pelo FUNDO, ciente da possibilidade de realização de operações que coloquem em risco o patrimônio do FUNDO.

CAPÍTULO VII DOS ENCARGOS DO FUNDO

Art. 42. Constituem encargos do FUNDO as seguintes despesas, que lhe podem ser debitadas diretamente:

I. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;

II. despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas neste Regulamento;

III. despesas com correspondência de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos cotistas;

IV. honorários e despesas do auditor independente;

V. emolumentos e comissões pagas por operações do FUNDO;

VI. honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao FUNDO, se for o caso;

VII. parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;

VIII. despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto decorrente de ativos financeiros do fundo;

IX. despesas com liquidação, registro, e custódia de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais;

X. despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários;

XI. as taxas de administração e de performance;

XII. honorários e despesas relacionadas à atividade de formador de mercado.

Art. 43. Quaisquer despesas não previstas como encargos do FUNDO, correm por conta da ADMINISTRADORA, devendo ser por ela contratados.

CAPÍTULO VIII DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 44. Compete privativamente à assembleia geral de cotistas deliberar sobre:

I. as demonstrações contábeis apresentadas pela ADMINISTRADORA;

II. a substituição do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou do CUSTODIANTE do FUNDO;

III. a fusão, a incorporação, a cisão, a transformação ou a liquidação do FUNDO;

IV. o aumento da taxa de administração;

V. a alteração da política de investimento do FUNDO; e

VI. a alteração do regulamento.

Art. 45. A convocação da assembleia geral pode ser feita por meio eletrônico aos cotistas que possuírem cadastro atualizado.

Parágrafo Único. Para os cotistas que ainda não possuem e-mail cadastrado, o envio das correspondências será realizado por meio físico e os custos serão suportados pelo Fundo.

Art. 46. A convocação de assembleia geral deverá enumerar, expressamente, na ordem do dia, todas as matérias a serem deliberadas, não se admitindo que sob a rubrica de assuntos gerais haja matérias que dependam de deliberação da assembleia.

§ 1º. A convocação da assembleia geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, da data de sua realização.

§ 2º. Da convocação devem constar, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a assembleia geral.

§ 3º. O aviso de convocação deve indicar o local onde o cotista pode examinar os documentos pertinentes à proposta a ser submetida à apreciação da assembleia.

§ 4º. A presença da totalidade dos cotistas supre a falta de convocação.

Art. 47. Anualmente a assembleia geral deverá deliberar sobre as demonstrações contábeis do FUNDO, fazendo-o até 120 (cento e vinte) dias após o término do exercício social.

§ 1º. A assembleia geral a que se refere o *caput* somente pode ser realizada no mínimo 15 (quinze) dias após estarem disponíveis aos cotistas as demonstrações contábeis auditadas relativas ao exercício encerrado.

§ 2º. A assembleia geral a que comparecerem todos os cotistas poderá dispensar a observância do prazo estabelecido no parágrafo anterior, desde que o faça por unanimidade.

Art. 48. Além da assembleia prevista no artigo anterior, a ADMINISTRADORA, a GESTORA, a CUSTODIANTE ou o cotista ou grupo de cotistas que detenha, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de cotas emitidas, poderão convocar a qualquer tempo assembleia geral de cotistas, para deliberar sobre ordem do dia de interesse do FUNDO ou dos cotistas.

Parágrafo Único. A convocação por iniciativa da GESTORA, da CUSTODIANTE ou de cotistas será dirigida à ADMINISTRADORA, que deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, realizar a convocação da assembleia geral às expensas dos requerentes, salvo se a assembleia geral assim convocada deliberar em contrário.

Art. 49. A alteração do regulamento do FUNDO deverá ser aprovada em assembleia geral de cotistas e será eficaz a partir da data deliberada pela assembleia.

Parágrafo Único. Salvo se aprovadas pela unanimidade dos cotistas do FUNDO, as alterações de regulamento serão eficazes no mínimo a partir de 30 (trinta) dias após a comunicação aos cotistas de que trata o Art. 57, nos seguintes casos:

I. aumento ou alteração do cálculo da taxa de administração e da taxa máxima de custódia;

II. alteração da política de investimento;

III. mudança nas condições de resgate; ou

IV. incorporação, cisão, fusão ou transformação que envolva fundo sob a forma de condomínio fechado ou que acarrete alteração, para os cotistas envolvidos, das condições elencadas nos incisos anteriores.

Art. 50. O regulamento pode ser alterado, independentemente da assembleia geral, sempre que tal alteração:

I. decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências expressas da CVM ou de adequação a normas legais ou regulamentares;

II. for necessária em virtude da atualização dos dados cadastrais do administrador ou dos prestadores de serviços do fundo, tais como alteração na razão social, endereço, página na rede mundial de computadores e telefone; e

III. envolver redução da taxa de administração.

§ 1º. As alterações referidas nos incisos I e II devem ser comunicadas aos cotistas, no prazo de até 30 (trinta) dias contado da data em que tiverem sido implementadas.

§ 2º. A alteração referida no inciso III deve ser imediatamente comunicada aos cotistas.

Art. 51. A Assembleia Geral se instalará com a presença de qualquer número de cotistas.

Art. 52. As deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria de votos, cabendo a cada cota 1 (um) voto.

Art. 53. As deliberações da assembleia poderão ser adotadas mediante processo de consulta formal, sem necessidade de reunião dos cotistas, no prazo mínimo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único. Na hipótese a que se refere o *caput*, deve ser concedido aos cotistas o prazo mínimo de 10 (dez) dias para manifestação.

Art. 54. Na deliberação para destituição da ADMINISTRADORA, o quórum qualificado será de metade mais uma das cotas emitidas.

Art. 55. Somente podem votar na assembleia geral os cotistas do FUNDO inscritos no registro de cotistas na data da convocação da assembleia, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

§ 1º. Os cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pela ADMINISTRADORA antes do início da assembleia.

§ 2º. As deliberações relativas às demonstrações contábeis do fundo que não contiverem ressalvas podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer cotistas.

Art. 56. Não podem votar nas assembleias gerais do fundo:

- I. seu administrador e seu gestor;
- II. os sócios, diretores e funcionários do administrador ou do gestor;
- III. empresas ligadas ao administrador ou ao gestor, seus sócios, diretores, funcionários; e
- IV. os prestadores de serviços do fundo, seus sócios, diretores e funcionários.

Parágrafo Único. Não se aplica a vedação prevista neste artigo quando:

- I. os únicos cotistas forem, no momento de seu ingresso no fundo, as pessoas mencionadas nos incisos I a IV; ou
- II. houver aquiescência expressa da maioria dos demais cotistas presentes à assembleia, manifestada na própria assembleia, ou em instrumento de procuração que se refira especificamente à assembleia em que se dará a permissão de voto.

Art. 57. O resumo das decisões da assembleia geral deve ser disponibilizado aos cotistas no prazo de até 30 (trinta) dias após a data de realização da assembleia, podendo ser utilizado para tal finalidade o extrato mensal.

Parágrafo Único. Caso a assembleia geral seja realizada nos últimos 10 (dez) dias do mês, a comunicação de que trata o caput pode ser efetuada no extrato de conta relativo ao mês seguinte ao da realização da assembleia.

CAPÍTULO IX DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 58. O fundo deve ter escrituração contábil própria, devendo as suas contas e demonstrações contábeis ser segregadas das do administrador.

Art. 59. O exercício do FUNDO deverá ser encerrado a cada 12 (doze) meses, quando serão levantadas as demonstrações contábeis relativas ao período findo.

Parágrafo Único. O exercício social do FUNDO tem início no primeiro dia do mês de janeiro e se encerra no último dia de dezembro de cada ano.

Art. 60. As demonstrações contábeis devem ser colocadas à disposição de qualquer interessado que as solicitar ao administrador, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do período.

Art. 61. A elaboração das demonstrações contábeis deve observar as normas específicas baixadas pela CVM.

Art. 62. As demonstrações contábeis do fundo devem ser auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM, observadas as normas que disciplinam o exercício **dessa atividade**.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 63. O FUNDO contabiliza os ativos integrantes de sua carteira pelo preço efetivamente negociado no mercado, processo conhecido como Marcação a Mercado, na forma da regulamentação em vigor. Em decorrência à adoção dessa metodologia, poderão ser observadas oscilações no valor das cotas do FUNDO, ocasionadas pela variação no valor dos ativos quem compõem sua carteira.

Art. 64. As taxas e despesas, bem como os prazos adotados pelo FUNDO são idênticos para todos os cotistas.

Art. 65. A ADMINISTRADORA poderá, a seu exclusivo critério, aceitar ou recusar a proposta de investimento feita por qualquer investidor, notadamente em função das disposições trazidas pela legislação relativa à política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, sem se obrigar, no entanto, a justificar as razões de aceitação ou recusa.

Art. 66. Em função das condições econômicas, do mercado financeiro e patrimonial dos emissores dos ativos, a ADMINISTRADORA poderá realizar provisão para valorização ou desvalorização dos ativos integrantes da carteira adequando-os aos valores de mercado.

Art. 67. Para a transmissão de ordens de aplicação e de resgate de cotas do FUNDO, os cotistas utilizarão os meios disponibilizados pela ADMINISTRADORA para tal finalidade, cientes de que toda e qualquer ligação telefônica poderá

ser gravada e as gravações poderão ser utilizadas para efeito de prova das ordens transmitidas e das demais informações nelas contidas.

Art. 68. Após 90 (noventa) dias do início de atividades, se o FUNDO mantiver, a qualquer tempo, patrimônio líquido médio diário inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) pelo período de 90 (noventa) dias consecutivos deve ser imediatamente liquidado ou incorporado a outro fundo.

Art. 69. Na hipótese de liquidação do FUNDO por deliberação da assembleia geral, a ADMINISTRADORA promoverá a divisão de seu patrimônio entre os cotistas, na proporção de suas cotas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de realização da assembleia.

§ 1º. A assembleia geral deverá deliberar acerca da forma de pagamento dos valores devidos aos cotistas.

§ 2º. O auditor independente deve emitir parecer sobre a demonstração da movimentação do patrimônio líquido, compreendendo o período entre a data das últimas demonstrações contábeis auditadas e a data da efetiva liquidação do FUNDO, manifestando-se sobre as movimentações ocorridas no período.

§ 3º. Deverá constar das notas explicativas às demonstrações contábeis do FUNDO, análise quanto a terem os valores dos resgates sido ou não efetuados em condições equitativas e de acordo com a regulamentação pertinente, bem como quanto à existência ou não de débitos, créditos, ativos ou passivos não contabilizados.

Art. 70. As informações ou documentos de comunicação podem ser comunicados, enviados, divulgados ou disponibilizados aos cotistas, ou por eles acessados, por meio de canais eletrônicos ou por outros meios expressamente previstos na Instrução CVM 555/14, incluindo a rede mundial de computadores.

Art. 71. Para fins do disposto neste regulamento, considera-se o correio eletrônico uma forma de correspondência válida entre a ADMINISTRADORA e os cotistas.

Parágrafo Único. As comunicações exigidas pelas disposições deste regulamento serão consideradas efetuadas na data de sua expedição.

Art. 72. Fica eleito o foro de Brasília-DF, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões relativas ao FUNDO.

BRB – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.